

3.2 Procedimentos e instrumentos para o controle de autoridade

Anteriormente falamos sobre o controle de autoridade: **o estado em que os pontos de acesso utilizados no catálogo estão consistentes**. Nesta seção abordaremos os componentes necessários ao controle de autoridade.

Um dos objetivos do catálogo é permitir que todos os recursos informacionais associados a determinada entidade sejam encontrados (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2016). No entanto, uma entidade pode ser conhecida por mais de um nome (nome de nascimento, nome artístico, nome oficial, sigla, etc.) e um nome pode referir-se a diferentes entidades (uma mesma sigla pode ser utilizada por mais de uma entidade coletiva, um mesmo termo pode ser utilizado em diferentes áreas do conhecimento com significados diferentes, etc.). Esses distintos nomes e suas diversas formas são utilizados na catalogação como base para os pontos de acesso, os quais representam as entidades em um catálogo e são utilizados pelo para encontrar os recursos.

Diante da diversidade de pontos de acesso para uma mesma entidade, um usuário com conhecimento de apenas um dos nomes pode não conseguir encontrar todos os recursos informacionais que estão associados à entidade por ele desejada, por exemplo, todos os livros de determinado autor ou sobre determinado assunto. Desse modo, faz-se necessário reunir e manter controle sobre todos os pontos de acesso que representam uma mesma entidade, assegurando que o usuário encontre todos os recursos associados à entidade desejada ao realizar uma busca utilizando um e somente um dos nomes pelos quais tal entidade é conhecida. Dessa necessidade surge o conceito de controle de autoridade.

Segundo Burger (1985, p. 1, tradução nossa) “o controle de autoridade é alcançado quando os cabeçalhos [pontos de acesso] em um catálogo estão consistentes e quando um mecanismo (o arquivo de autoridade) e políticas de catalogação relacionadas têm sido estabelecidos para assegurar esta consistência”. Ainda segundo Burger (1985, p. 3, tradução nossa), “o trabalho de autoridade permite o controle de autoridade ocorrer”. O trabalho de autoridade, por sua vez, é definido como um conjunto de, no mínimo, cinco complexos processos:

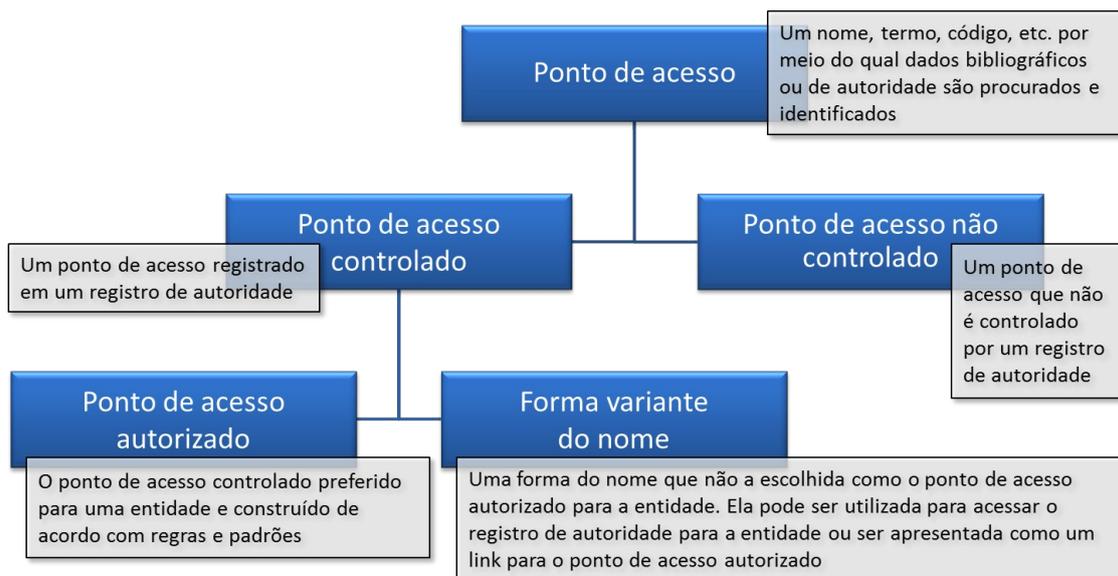
1. a criação de registros de autoridade (os quais serão utilizados para criar registros bibliográficos autorizados)
2. a reunião dos registros em um arquivo de autoridade
3. a vinculação do arquivo de autoridade ao arquivo bibliográfico; juntos eles formam um sistema de autoridade
4. a manutenção do arquivo e do sistema de autoridade
5. a avaliação do arquivo e do sistema (BURGER, 1985, p. 3, tradução nossa).

Para a realização do trabalho de autoridade são necessários: pontos de acesso, dados de autoridade, registros de autoridade e arquivos de autoridade.

3.2.1 Pontos de acesso

Podemos compreender os pontos de acesso a partir das definições apresentadas na **Declaração dos princípios internacionais de catalogação** (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2016):

- um **ponto de acesso** – definido como um nome, termo, código, etc. por meio do qual dados bibliográficos ou de autoridade são procurados e identificados – pode ser controlado ou não:
 - um **ponto de acesso não-controlado** não dispõe de um registro de autoridade que padronize seu uso, por exemplo, o título e o subtítulo de um livro são pontos de acesso, porém, não estão controlados por registros de autoridade;
 - um **ponto de acesso controlado** dispõe de um registro de autoridade, por exemplo, os termos de um vocabulário controlado que representam assuntos, ou os pontos de acesso de pessoas e entidades coletivas de um arquivo de autoridade; por sua vez, os pontos de acesso controlados podem ser autorizados ou não:
 - um **ponto de acesso autorizado** é o ponto de acesso controlado preferido para representar uma entidade e construído de acordo com regras ou padrões;
 - um **ponto de acesso não autorizado** (forma variante do nome – remissiva “ver”) é uma forma do nome da entidade que não foi escolhida como o ponto de acesso autorizado para representá-la; o ponto de acesso não autorizado pode ser utilizado para encontrar o registro de autoridade ou ser apresentado como um link para o ponto de acesso autorizado.



Além de se dividirem em controlado e não controlado, autorizado ou não, os pontos de acesso também se dividem de acordo com os tipos de entidades que representam. Por exemplo, o ponto de acesso que representa uma pessoa é chamado de ponto de acesso de nome pessoal, enquanto que o que representa um assunto é chamado de ponto de acesso de assunto, descritor ou cabeçalho de assunto.

Qual a diferença entre ponto de acesso e cabeçalho?

É comum o emprego dos termos **ponto de acesso** e **cabeçalho** como sinônimos. **Cabeçalho**, segundo o glossário do AACR2r é “um nome, palavra ou frase, colocados no alto de uma entrada catalográfica para fornecer um ponto de acesso”. De fato, exceto pela expressão “no alto de uma entrada catalográfica”, o conceito de cabeçalho apresentado no AACR2r é semelhante ao de ponto de acesso da Declaração dos princípios internacionais de catalogação. Assim, podemos dizer que cabeçalho e ponto de acesso são sinônimos.

3.2.2 Dados de autoridade

Os **dados de autoridade** são definidos como a soma de informações sobre uma pessoa, família, entidade coletiva ou obra, cujo nome seja utilizado como base para um ponto de acesso controlado em citações bibliográficas ou em registros bibliográficos de um catálogo de biblioteca ou banco de dados bibliográficos (IFLA WORKING GROUP ON FRANAR, 2013, p. 1). Podemos entender os dados de autoridade também como

[...] o conjunto de dados formado pelos pontos de acesso controlados utilizados na identificação de uma determinada entidade e pelos dados

que apoiam o uso destes pontos de acesso, sejam eles dados sobre a entidade, por exemplo, pontos de acesso relacionados, dados biográficos ou históricos, ou sobre o processo de estabelecimento dos pontos de acesso, por exemplo, as regras utilizadas, as fontes de informação consultadas e a instituição na qual ou para a qual os dados de autoridade foram criados. (ASSUMPCÃO, 2018, p. 32).

Os dados de autoridade sobre determinada entidade, quando são reunidos e registrados constituem um registro de autoridade.

3.2.3 Registros de autoridade

Um **registro de autoridade** contém essencialmente um ponto de acesso autorizado, as formas variantes do nome e as fontes utilizadas para o estabelecimento do ponto de acesso autorizado e das formas variantes (CHAN, 1994, p. 23).

Maxwell (2002, p. 5) acrescenta que um registro de autoridade pode conter também informações de uso para os bibliotecários e para os usuários da biblioteca, mensagens que proveem informação adicional para o usuário (por exemplo, notas que auxiliam a busca no catálogo) e informações inapropriadas aos usuários, mas necessárias aos catalogadores (por exemplo, notas justificando a escolha e a forma do ponto de acesso autorizado).

3.2.4 Arquivos de autoridade

Um **arquivo de autoridade** pode ser definido como “uma coleção de registros de autoridade” (TAYLOR, 2004, 356, tradução nossa). Jiménez Pelayo e García Blanco (2002, p. 25, tradução nossa) apontam que o arquivo de autoridade “constitui a garantia de uma maior uniformidade e objetividade de critérios aplicados em uma biblioteca ou centro documental”.

Na literatura é possível encontrar algumas variações terminológicas para denominar um arquivo de autoridade, tais como **catálogo de autoridades**, **lista de cabeçalhos autorizados**, **lista de autoridades**, **catálogo de identidade**, **catálogo de formas autorizadas**, **lista de cabeçalhos de assunto** (para os pontos de acesso de assunto), entre outros. São alguns exemplos de arquivos de autoridade:

- a) **Biblioteca Nacional (BN) – Autoridades**: inclui registros para pessoas, entidades coletivas, títulos uniformes, termos cronológicos, termos tópicos, nomes geográficos, termos de gênero e forma, subdivisões gerais, geográficas, cronológicas e de forma;
- b) **Library of Congress Authorities**: inclui registros de autoridade dos mesmos tipos da BN, distribuídos entre assuntos, nomes e títulos;

- c) [Descritores em Ciências da Saúde \(DeCS\)](#): inclui registros de autoridade trilingües (português, inglês e espanhol) para termos tópicos relacionados às ciências da saúde;
- d) [Vocabulário Controlado Básico \(VCB\) e Autorias Padronizadas \(AUTR\)](#): inclui registros de autoridade para termos tópicos, pessoas, entidades coletivas e títulos uniformes utilizados na Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI);
- e) [Virtual International Authority File \(VIAF\)](#): criado a partir do relacionamento de arquivos de autoridade de diversas instituições ao redor do planeta, inclui registros de autoridade para pessoas, entidades coletivas, nomes geográficos e títulos uniformes.

Tesouros são arquivos de autoridade?

Os tesouros, ao identificarem termos (pontos de acesso) autorizados e não autorizados, podem ser considerados arquivos de autoridade. É importante observar que, essencialmente, um tesouro inclui relações entre os conceitos.

Nesta seção abordamos os principais componentes para se alcançar a consistência dos pontos de acesso. É importante notar que, com a automação das bibliotecas, esses componentes passaram, em muitos casos, a ser digitais e a estar integrados aos sistemas de gerenciamento de bibliotecas. Diversos desses sistemas possibilitam, por exemplo, que o catalogador consulte o arquivo de autoridade durante o preenchimento da planilha de catalogação, sem a necessidade de acessar uma ferramenta externa.

Outra facilidade trazida pela tecnologia diz respeito ao modo com que os pontos de acesso podem ser atualizados no catálogo. Imagine que sua instituição utiliza um catálogo em fichas em que constam 50 livros de determinado autor. Nas fichas de cada um desses 50 livros há o ponto de acesso autorizado para esse autor. Caso você precise alterar esse ponto de acesso terá que modificar todas as 50 fichas, certo?

Em um sistema em que o arquivo de autoridade está vinculado automaticamente ao catálogo bibliográfico, como acontece com a maioria dos sistemas de bibliotecas atuais, você terá que alterar o ponto de acesso uma única vez no arquivo de autoridade e todos os registros serão atualizados automaticamente.

Nos seções seguintes deste capítulo veremos um pouco mais sobre o Formato MARC 21 para Dados de Autoridade, utilizado na criação de registros de autoridade digitais.